

## Na pandemia tem carnaval? Notas etnográficas sobre festas e a ocupação dos espaços públicos na Cidade Baixa<sup>1</sup>

Joanna Munhoz Sevaio  
UFRGS/RS

**Palavras-chave:** Carnaval; Pandemia; Espaço público.

Milhares de pessoas nas ruas fantasiadas nas ruas, glitter, cores, encontros e trocas. As bebidas compartilhadas, os beijos calorosos em desconhecidos, as músicas cantadas em coro, tudo isso faz parte do universo do carnaval de rua, na cadência de blocos que impulsionam foliões pelo Brasil. O carnaval não é nenhuma novidade na disciplina antropológica<sup>2</sup>, sendo desde a clássica abordagem de DaMatta (1997) chave analítica fundamental para a compreensão da sociedade brasileira. Para ele, na semana que antecede a quaresma os valores que regem as normas e padrões do cotidiano deixam de fazer sentido: as sociabilidades e sexualidades são acentuadas e a população pobre ganha visibilidade.

Nos últimos anos, sobretudo a partir de 2007, Porto Alegre tem vivenciado uma profusão de blocos de carnaval de rua, em paralelo aos desfiles das escolas de samba: “(...) diferentes movimentos, geridos de maneira autônoma e desvinculada entre si, começaram a pipocar a cada ano, colorindo e agitando as ruas” (MAGALHÃES, 2016, p. 115-116). Em seu repertório prático-discursivo, os blocos tendem a enfatizar a importância das experiências coletivas e da dimensão política que elas carregam em si. Vale lembrar, o fenômeno de retomada das ruas como lugar de fazer carnaval não é exclusividade da capital gaúcha. Herschmann (2013) que o movimento começa no Rio de Janeiro e se espalha para outras metrópoles, como Belo Horizonte e São Paulo, assim como para diversos lugares do próprio Rio.

No decorrer da pandemia de COVID-19, o carnaval e suas interfaces deixaram de ser discussões colaterais às minhas pesquisas e ganharam centralidade. Em meados de 2021, defendi a dissertação intitulada “Entre boemia e baderna: etnografia das

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

<sup>2</sup> Não pretendo no pequeno espaço deste uma exaustiva revisão teórica sobre como o carnaval tem sido tratado no âmbito da Antropologia. Diagnostiquei, no entanto, uma prevalência de pesquisas relacionadas às escolas de samba, como o já citado estudo de DaMatta (1997) e outros como os de Cavalcanti (2015, 2006) e Queiroz (1999).

práticas, sociabilidades e controvérsias na e da Cidade Baixa” (SEVAIO, 2021), na qual exploro a vida noturna e boêmia do bairro, com foco nas controvérsias sobre o uso dos espaços públicos que opõem freqüentadores e parte dos moradores. Na ocasião, realizei trabalho de campo durante o carnaval de 2020, o que se desdobrou em um dos capítulos do trabalho. Quando iniciei o doutorado, no segundo semestre do ano seguinte, durante o período de isolamento social, meu problema de pesquisa se deslocou para a compreensão de como os blocos de rua atualmente ativos em Porto Alegre mobilizam diferentes características, arranjos, histórias e também entendimentos sobre os sentidos do carnaval. Para além do lúdico, parto da premissa de que as festas colocam em evidência as contradições, antagonismos e conflitos que permeiam a vida cotidiana, assim que a arena festiva se torna um lugar privilegiado para a análise das relações de poder e narrativas de cidade (CRUELLES, 2006). Com a pesquisa hoje desenvolvida, tenho buscado analisar essa intrínseca relação entre o carnaval e a experiência urbana.

Neste texto, começo me remetendo a como a Cidade Baixa historicamente constituiu-se como lugar de concentração boêmia em Porto Alegre, o que se relaciona diretamente com o samba, o carnaval e a presença da população negra na região. Depois, discuto a partir de minha dissertação como o carnaval se inscreve na Cidade Baixa como um aguçador de tensões, projetando durante o restante do ano as controvérsias sobre o uso dos espaços públicos como lugar de festa. Finalmente, chego ao cenário pandêmico e aos rumos atuais de minha pesquisa de tese. Como a pandemia e o decorrente isolamento social afetaram a realização do carnaval? Como, apesar do poder público, a festa encontrou brechas para acontecer? São alguns dos questionamentos que me guiam.

### **Cidade Baixa, um bairro boêmio e carnavalesco**

O núcleo urbano de Porto Alegre começou paralelo ao lago Guaíba, no Centro, lugar em que moravam as elites da cidade. Nos becos e cortiços que se desenvolviam em paralelo, habitava gentinha pobre, negra, indesejável e que se comunicava com o que acontecia na parte mais baixa (PESAVENTO, 2001; ROSA, 2014). Para além da divisão topográfica<sup>3</sup>, no imaginário social havia uma divisão entre as cidades alta e

---

<sup>3</sup> O ponto mais alto do Centro de Porto Alegre é a colina da rua Duque de Caxias, ou da antiga Rua da Igreja, na parte mais baixa, na direção sudoeste, cresceu outro núcleo populacional que ficou conhecido como Cidade Baixa, e que desde 1959 foi formalizado como bairro (FRANCO, 1998).

baixa do ponto de vista de suas práticas, conforme Rosa (2008, p. 100): “Os botecos e tavernas da Cidade Baixa, por exemplo, contribuíram para a sua imagem de “lugar de boêmios”, e também para a sua fama de região onde aconteciam constantes desordens”.

A Cidade Baixa, principalmente no pós-abolição, era lugar de todo tipo de “gentinha”: trabalhadores empobrecidos – entre eles imigrantes e brasileiros–, escravizados libertos, descendentes de africanos, lavadeiras, soldados, pescadores e prostitutas. O Areal da Baronesa e a Ilhota eram dois lugares lá localizados em que a população negra predominava, sendo hoje reivindicados como territórios negros, apesar das reformas urbanas que expulsaram aquelas pessoas para lugares distantes da zona central (VIEIRA, 2017). A insalubridade e as constantes enchentes eram características marcantes da região, onde os modestos recursos de que dispunham os moradores eram suficientes para comprar terrenos, ou como no caso do Areal da Baronesa, muitos ex-escravizados que haviam fugido permaneceram por lá. Não havia condições dignas de vida, nem saneamento básico, mas havia festa. Sanhudo (1975, p. 205-206) – grifos da autora –, caracteriza de forma pejorativa o modo de viver encontrado na região: “Então o nosso Areal da Baronesa tinha uns becos tenebrosos e por lá se perdia a mais excelsa malandragem da nossa cidadezinha adormecida. **Malandragem, cachaça e forrobodó de cuia...**”

Samba, carnaval e boêmia são três expressões diferentes, porém correlacionadas, das sociabilidades encontradas na Cidade Baixa desde pelo menos fins do século XIX até hoje. Lupicínio Rodrigues, o mais ilustre dos boêmios porto-alegrenses, nasceu na Ilhota em 1914. Ele cresceu rodeado pela música e pelas vivências noturnas. De acordo com pesquisa biográfica sobre o sambista, Oliveira (1995) indica a existência de laços de solidariedade entre as famílias, derivados das dificuldades enfrentadas e também da origem étnica em comum. Na Cidade Baixa, os ritmos dos instrumentos de origem africana ajudavam a fortalecer os vínculos sociais e o sentimento de comunidade entre os moradores. Nos morros cariocas, que segundo a historiografia são o berço do samba, as dinâmicas não foram muito diferentes. No Rio ou em Porto Alegre, o samba aparece como “um instrumento efetivo de luta para a afirmação da etnia negra no quadro da vida urbana brasileira” (SODRÉ, 1998, p. 16).

Nesse ambiente já cadenciado por sua musicalidade e vida comunitária, os blocos de carnaval começam. O auge do carnaval de rua da Cidade Baixa foi na década de 1930 “(...) em larga medida, extensões de uma mesma coisa: instituições associativas de invenção, construção, dinamização e manutenção de identidades comunitárias,

redefinidas no Brasil a partir da fragmentação que a diáspora negreira impôs” (SIMAS, 2020, p. 32). As reformas urbanas que desarticularam o Areal da Baronesa e a Ilhota culminaram também na desagregação parcial das formas de sociabilidades ligadas ao carnaval, quando as escolas de samba passaram a ser os espaços (GERMANO, 2008). Depois dos tempos áureos dos blocos de rua - nas décadas de 1930 e 1940 (GERMANO, 1999; ROSA, 2008), a festa foi capturada pelo Estado Novo como símbolo de brasilidade, no que reside uma interessante ambiguidade: o carnaval é lido ao mesmo tempo como ícone da identidade nacional e como festa em cujo repertório estão as práticas marginalizadas da população negra e de seus territórios, como a Cidade Baixa. Hoje, a população remanescente do Areal da Baronesa reivindica o lugar como quilombo urbano, sendo a Avenida Luís Guaranha, na verdade um beco cuja saída se ramifica em outros becos, conhecida como Quilombo do Areal (MARQUES, 2006). Lá foi fundado o bloco de carnaval Areal do Futuro, no começo dos anos 2000, que realiza oficinas de percussão e ensaios abertos. Conversando com Paulo, o mestre da bateria, ele reforçou o quanto é importante um carnaval feito com e para a comunidade, para fazer perdurar os laços entre os que vieram antes e os que virão depois. A presença marcante de crianças corrobora com a ideia de um Areal do Futuro, que dialoga com a tradição do lugar reinventada pelas novas gerações, fazendo da Cidade Baixa lugar de samba e carnaval.

Na década de 1970, as reformas urbanas que se desenhavam desde fins do século XIX, pautadas por ideais de higienização e embelezamento do Centro e por consequente da Cidade Baixa, tiveram completo êxito. Na época, a Ilhota de Lupicínio foi extinta do mapa, e a população expulsa para o extremo sul da cidade, onde hoje é o bairro Restinga, no qual há a maior concentração de habitantes negros de Porto Alegre (BOHRER, 2011; IBGE, 2010). Com isso, a boemia que se concentrava na Cidade Baixa se espalhou em outras direções. No vizinho bairro Bom Fim, por exemplo, houve uma destacada cena punk, da década de 1970 até o final de 1980, bastante marcada pela contracultura e pela oposição à ditadura civil-militar que assolou nosso país (PEDROSO, 2019).

Não demorou muito, no entanto, para que o fluxo boêmio retornasse com força para a Cidade Baixa, ainda em meados da década de 1990. As ruas e bares que já foram o refúgio de Lupicínio e seus pares, homens que se deleitavam nos prazeres da noite, no samba e nas bebidas alcoólicas foram atualizadas e ganharam o perfil do século XXI: não há o que não haja bairro, desde estabelecimentos voltados ao público LGBTQIA+,

botecos, casas noturnas, bares que vendem cerveja barata, cervejarias artesanais. É nesse cenário em que começou a ser rearticulada a tradição de festejar pelas ruas da CB em fevereiro (SEVAIO, 2021; REIS, 2018). O primeiro bloco de carnaval que faz parte desse movimento, o Maria do Bairro, foi formado em 2007, já carregando em seu nome a perspectiva de pertencimento à comunidade. Desde então, os eventos e o número de blocos tomaram grandes proporções, a ponto de o poder público ser acionado para disciplinar as formas como o carnaval acontece. Por um lado, existem iniciativas como o Areal do Futuro e o Maria do Bairro, que buscam manter e renovar a Cidade Baixa como território carnavalesco; do outro, há grupos de moradores que reivindicam o sossego de seu bairro e se incomodam com a presença massiva de pessoas pelas ruas.

### **Carnaval:**

Em fevereiro de 2020 teve carnaval em Porto Alegre. Antes ainda, no final de janeiro, o Bloco da Laje, que é um dos blocos de rua de maior expressão no cenário da cidade e do Rio Grande do Sul, realizou sua saída. Foi quando me misturei a cerca de 20 mil pessoas fantasiadas de azul, vermelho e amarelo, as cores oficiais do bloco. Conceição (2019), que é pesquisador e também um dos membros fundadores do grupo, aponta que a Laje lembra a presença das corporeidades negras na cidade. Brincar e festejar são, nesse sentido, formas de apropriação dos espaços públicos. As saídas da Laje são itinerantes, acontecem a cada ano em um ponto diferente de Porto Alegre, mas há uma relação de intimidade com as ruas da Cidade Baixa e seu entorno. O grupo começou como diversão entre amigos pelas ruas do bairro, e foi lá também onde estiveram em sua última saída.

É possível identificar dois circuitos de carnaval de rua que atualmente acontecem em Porto Alegre: um oficial, do qual participam blocos como o Maria do Bairro e o Galo do Porto, e que se moldam aos critérios do evento organizado pela Prefeitura, e um independente, que abrange os já citados Blocos da Laje, e Areal do Futuro, e ainda outros como o Turucutá e o Avisem a Shana que sábado vai chover. Os blocos que se mantêm independentes refutam a suposta homogeneidade que a organização da Prefeitura impõe, já que disciplina a experiência do carnaval a partir de critérios que não correspondem àqueles discutidos coletivamente pelos grupos. Além disso, a presença de patrocinadores do evento, geralmente marcas de cerveja, limita a participação de vendedores ambulantes.

No circuito oficial de 2020, foram 27 blocos participantes, selecionados por meio de edital público. Graças à pressão exercida por moradores junto ao Ministério Público Estadual (MPE) para que não houvesse carnaval na Cidade Baixa, a Prefeitura decidiu limitar a circulação por entre as ruas e o evento ficou limitado ao perímetro da Praça Garibaldi. Outro condicionante do MPE em relação ao carnaval no bairro foi o horário: os blocos deveriam encerrar suas apresentações pontualmente às 21h, de sábado a terça-feira.

O público estimado, distribuído entre os quatro dias de evento, foi de 200 mil pessoas. Imagine, leitor, essa quantidade de gente retornando para suas casas às 21h só porque um evento organizado pela Prefeitura acabou. Isso não aconteceu. Gente correndo para todos os lados, fumaça, gritaria. Para mim foi impossível não lembrar de Geertz correndo junto aos balineses quando a polícia chegou nas brigas de galo. Não eram nem 23h quando a Brigada Militar dispersou as aglomerações de foliões no primeiro dia de evento, o que se repetiu nos dias seguintes. A cavalaria da Brigada e as bombas de gás lacrimogêneo estiveram tão presentes no carnaval quanto os foliões, reprimindo a presença das pessoas no bairro. De acordo com o que observei, no entanto, a atuação da política não surtiu o efeito desejado: logo que escapavam das bombas, os grupos de pessoas se deslocavam para outros lugares.

Há quem diga que o que acontece no carnaval, fica no carnaval. Não é o caso da Cidade Baixa. Conforme demonstrei em minha dissertação (SEVAIO, 2021), o uso das ruas do bairro como lugar de festa incomoda parte dos moradores e a festa de fevereiro mobiliza mais gente e mais reclamações. Pela reivindicação do sossego, eles acabam erguendo uma barreira moral entre quem deve ou não frequentar o bairro. Os indesejados, vândalos ou baderneiros são em sua maioria jovens e vindos de outros bairros, ouvem funk e ocupam as ruas.

Passado o calendário carnavalesco de 2020, o Brasil deixou de ser imune à doença que se alastrava pelo mundo e os primeiros casos de COVID-19 começaram a ser noticiados no país. Especificamente em Porto Alegre, foi na primeira quinzena de março que o coronavírus chegou. Se antes da pandemia a realização do carnaval de rua na Cidade já era propulsora de controvérsias, com a circulação do coronavírus esse debate ganhou um outro elemento. Aglomeração, algo fundamental para a existência do carnaval, virou uma palavra maldita.

## **Pandemia e carnaval**

As discussões em torno do carnaval não ganharam destaque em 2021, já que outra questão era mais preocupante: enquanto outros países já estavam avançando na vacinação contra a COVID-19, o Brasil caminhava a passos lentos na direção de uma ampla cobertura vacinal. Nesse cenário, tanto o poder público quanto a população em geral ergueram suas barreiras biomédicas contra a realização da festa. A decisão oficial de que não haveria desfile das escolas de samba, e que se estendeu aos blocos de rua, foi confirmada no final de janeiro daquele ano. Em reunião com entidades carnavalescas, o então secretário-adjunto da Cultura, Clóvis André, destacou “O Carnaval não vai deixar de existir. É um feriado nacional. O que nós fizemos hoje foi cancelar os desfiles competitivos por um motivo de força maior, que foge do controle da prefeitura e das entidades” (PORTO ALEGRE, 2021).

No decorrer do ano, com o avanço da vacinação e a melhoria nos índices de casos graves de COVID-19, foi acesa a esperança de que o carnaval fosse possível em 2022, o que acabou não acontecendo. As expectativas eram altas, em consonância com o carnaval pós epidemia de gripe espanhola (SCHWARCZ; STARLING, 2020). Depois do isolamento, a possibilidade de reunir novamente milhares de pessoas nas ruas era animadora. Contrariando o esperado, o avanço da variante Ômicron fez com que o quadro de contágios de COVID-19 voltasse a preocupar o poder público, em Porto Alegre e no restante do país. Demorou para que uma posição oficial fosse anunciada, mas no final, semelhante a cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, a decisão foi adiar o desfile das escolas de samba e cancelar os eventos de rua.

O Areal do Futuro foi protagonista do movimento esperançoso em relação ao carnaval de 2022. Desde 2021, eles começaram a realizar ensaios abertos, chamando a comunidade por meio de redes sociais, principalmente do *Instagram*. Nos textos publicados, eles auto proclamam o Areal como “berço do samba”. Por ser comunidade quilombola, a população do Areal teve prioridade na campanha de vacinação contra a Covid-19, de modo que a partir da primavera de 2021 começaram a organizar os ensaios coletivos em preparação para a saída do ano seguinte. Com o avanço da ômicron, o grupo se viu envolto em polêmicas. Paulo era a favor da realização formal das saídas dos blocos, o que declarava constantemente nas redes sociais do bloco. Ele criticava a postura da Prefeitura em relação à manifestação popular, denunciando o preconceito, carregado de racismo, contra o carnaval.

A cidade estava em polvorosa quando o carnaval de 2022 chegou. No centro, passei por lojas de fantasias coloridas e cheias de opções, como se a pandemia não tivesse acontecido. Mesmo assim, ninguém sabia direito o que fazer, nem se haveria algum evento. A única certeza diante do cenário proibitivo era que as pessoas desejam estar nas ruas. Eu decidi ir para a Cidade Baixa caminhar e ver o que aconteceria. Alguns bares estavam abertos e realizando festas privadas. Nas ruas, o movimento Todos os blocos já citados neste texto, de ambos os circuitos, não realizaram saídas durante o carnaval. Entre eles somente o Areal do Futuro havia retornado suas atividades públicas, anunciando os ensaios e convidando as pessoas a estarem nas ruas.

Quando estava na Cidade Baixa, descobri que havia algum movimento perto da Orla, na fronteira entre a Cidade Baixa e o Centro. Lá, na Praça Júlio Mesquita, encontrei milhares de pessoas reunidas. Não havia atrações centralizadas, como no carnaval oficial de 2020, mas sim dezenas de caixas de som distribuídas ao longo do perímetro do lugar. Vendedores ambulantes, além de cerveja e outras bebidas, estavam carregando equipamentos potentes, dos quais a música que saía era funk. Novamente a polícia. Cavalos, viaturas e bombas de gás lacrimogêneo. Corri das bombas mais uma vez com os foliões. A presença de tanta gente se divertindo em espaço público foi duramente reprimida pela Brigada Militar.

No sábado, fiquei sabendo pelas redes sociais que um grupo de amigos estava se organizando para compor um bloco, com instrumentos e fantasias improvisados. Encontrei eles na Borges de Medeiros, avenida localizada no Centro, e saímos em direção à Cidade Baixa. No caminho, mais pessoas iam formando um grupo cada vez maior. O destino final era novamente a Orla. Chegando lá, o cenário era o mesmo que na noite anterior, juntando o que melhor representa o carnaval: gente reunida, dançando, bebendo, comemorando. Naquele dia, a polícia resolveu não comparecer no carnaval de rua. Mas no domingo sim, assim como segunda. Na terça comecei a sentir sintomas de COVID-19 e não fui à Cidade Baixa, nem à Orla. Assim como eu fui contaminada, outros tantos devem ter sido. Observei, então, um malabarismo entre a segurança sanitária e a potência do carnaval como manifestação popular.

Entre brechas e proibições, o carnaval acabou acontecendo em 2022 de forma quase espontânea. Assim como o restante das dimensões de nossa vida social, a festa foi se adaptando, parou, voltou parcialmente e algum dia vai continuar, em formato que busco analisar em minha tese. Até agora, no período posterior ao calendário do carnaval, os blocos vêm organizando festas privadas e programando saídas.



## Referências

BOHR, Felipe Rodrigues. Breves Considerações Sobre os Territórios Negros Urbanos de Porto Alegre na Pós-Abolição. **Iuminuras**, Porto Alegre, v.12, n. 29, p. 121-152, jul./dez. 2011

CRUELLES, Adrià Pujol. Ciudad, fiesta y poder en el mundo contemporáneo. **Liminar**. Estudios Sociales y Humanísticos, Universidad de Ciencias y Artes de Chiapas. San Cristóbal de las Casas, México, v.2, p. 36-49, Dezembro, 2006.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilemabrasileiro. 6a ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

GERMANO. Íris. **Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia**: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 1940. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

\_\_\_\_\_. Carnavais de Porto Alegre, etnicidades e territorialidades negras no sul do Brasil. In: SILVA, Gilberto Ferreira da. SANTOS, José Antônio; CARNEIRO, Luis Carlos da Cunha. RS Negro. **Cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 100-119, 2008.

HERSCHMANN, Micael. Apontamentos sobre o crescimento do Carnaval de rua no Rio de Janeiro no início do século 21. **Intercom – RBCC**. São Paulo, v. 36, nº. 2, jul./dez. 2013.

MAGALHÃES, Gutcha Ramil. “**Fica cada vez mais difícil manter a essência**” - Reflexões sobre políticas sonoras e (re)existências do samba na Cidade Baixa, Porto Alegre/RS. 2016. (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

OLIVEIRA, Márcia Ramos de. **Lupicínio Rodrigues**: a cidade, a música, os amigos. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1995.

PEDROSO, Lucio Fernandes. **História de um Bom Fim** – boemia e transgressão de um bairro maldito. Porto Alegre, Edição do autor, 2019.

REIS, Vanessi. **Da baixa boemia à baixa cidade**: limites do bairro Cidade Baixa no imaginário urbano de Porto Alegre. 2018. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Quando Vargas caiu no samba**: um estudo sobre os significados do carnaval e as relações sociais estabelecidas entre os poderes públicos, a imprensa e os grupos de foliões em Porto Alegre durante as décadas de 1930 e 1940. 2008, 227 177f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

SANHUDO, Ary Veiga. **Porto Alegre**: Crônicas da Minha Cidade. Porto Alegre: Editora Movimento, 1975.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. **A bailarina da morte – a gripe espanhola no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SIMAS, Luiz Antonio. 2020. **O corpo encantado das ruas**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SEVAIO, Joanna Munhoz. **Entre boemia e baderna**: etnografia das práticas. Sociabilidades na e da Cidade Baixa. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

SODRÉ, Muniz. **Samba**: o dono do corpo. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios Negros em Porto Alegre (1800-1970)**: Geografia histórica da presença negra no espaço urbano. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.